



ROBERTO OLIVEIRA

Ao lado, público canta o hino da Internacional Comunista. Acima, Zé Maria, da Convergência Socialista, em destaque na mesa de debate

NA PUC-SP, CARAVANA DA ANISTIA JULGA PROCESSOS DE PRESOS POLÍTICOS

Na 77ª edição da caravana, Comissão da Anistia investiga mortes e desaparecimentos de militantes da Convergência Socialista

Na sexta-feira, 25/10, foi realizado na PUC-SP, em um Tuca lotado, um ato político e jurídico da 77ª Caravana da Anistia, desta vez sobre os presos e perseguidos políticos da Convergência Socialista, organização política de esquerda que surgiu na década de 70 e deu origem a diversos grupos políticos da atualidade, como o PSTU. Após o ato, o presidente da Comissão Nacional de Justiça, Paulo Abrão, instalou em duas salas da PUC-SP sessões oficiais de julgamento dos assassinados, torturados, desaparecidos e perseguidos da ditadura militar brasileira.

A mesa do evento foi composta por nove pessoas cujas histórias de vida e de luta estão intimamente ligadas a este período, como Adriano Diogo, deputado estadual e presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, Rosalina Santa Cruz, professora de Serviço

Social da Pontifícia e presidente da Comissão da Verdade Nadir Kfourri, Luiza Erundina, deputada federal, José Maria de Almeida, presidente do PSTU, Idibal Piveta, advogado de presos políticos, além do presidente da Comissão de Justiça e Paz, Antônio Funari.

Em sua apresentação, Zé Maria lembrou a memória de diversos militantes da convergência, como Rosa e José Luis Sundermann, casal assassinado que organizava os trabalhadores da cana de açúcar no interior de São Paulo, Nahuel Moreno, fundador da corrente internacional a qual a Convergência fazia parte, e demais militantes que participaram da organização política.

Já Idibal Piveta, advogado, ator e militante de esquerda, resgatou toda a longa noite de 21 anos da ditadura militar, e lembrou dos 3 meses em que ficou preso com Zé Maria e Adriano Diogo no Doi-Codi,

sendo torturado pelo coronel Brillhante Ulstra.

Luiza Erundina, em uma fala fervorosa, resgatou a memória de Nadir Kfourri e do episódio em que ela barrou a entrada do coronel Erasmo Dias na PUC-SP, quando da invasão da universidade em 77. Falando dos 35 anos da Convergência Socialista, ela reafirmou a importância da organização até hoje pela luta socialista no Brasil. E, ao final, defendeu a punição aos torturadores, dizendo que "a lei de anistia foi uma auto-anistia dos opressores". O deputado Adriano Diogo lembrou dos dois incêndios criminosos do Tuca e das práticas existentes até hoje oriundas da ditadura - ferida que, segundo ele, só a punição aos torturadores do passado pode curar, dando exemplo aos torturadores do presente. Durante a cerimônia, leu-se o nome dos membros da Convergência Socialista que

foram assassinados e desaparecidos. Além disso, foi entregue um certificado de anistia política aos militantes presentes e a representantes daqueles que pagaram com suas vidas a luta pela democracia no país. Depois disso, para encerrar o evento no Tuca, um filme com toda a história da Convergência Socialista, desde a liga Operária, passando pelo PSTI, até chegar ao PSTU. Segundo documentos do DOPS, a CS foi a organização política mais ativa na greve dos metalúrgicos do ABC, tendo 30 dos seus militantes presos junto ao então líder sindical e ex-presidente da República Lula.

Antes de terminar o ato de anistia, os presentes cantaram o hino da Internacional Comunista. Depois, foram instaladas sessões de apuração e julgamento dos casos específicos dos militantes da CS perseguidos, torturados e mortos pela ditadura militar no Brasil.

EDITORIAL

Entreguismo de Dilma Rousseff

O leilão do campo de Libra e o aparato de guerra montado por Dilma Rousseff ficarão marcados como uma das maiores entregas de riqueza nacional para o capital internacional e um dos maiores cuidados governamentais para proteger com armas os interesses antinacionais. Pode parecer de nossa parte um exagero nacionalista. Mas seria uma grande novidade no Brasil se a população saísse às ruas motivadas por um exagero de nacionalismo em defesa do monopólio nacional das riquezas naturais e das fontes de matéria prima.

A burguesia brasileira deixou o nacionalismo para trás. Getúlio Vargas o levou para a tumba. Os militares golpistas de 1964 ainda conservaram algum traço de ufanismo nacionalista. O monopólio do petróleo foi preservado. Coube aos mal chamados democratas a tarefa de rompê-lo. Fernando H. Cardoso cumpriu o papel de grande desestatizador. A Petrobrás acabou em suas mãos semiprivatizada. Abriu as reservas petrolíferas para as petroleiras. Estabeleceu o critério de concessões.

Luis Inácio Lula da Silva manteve a mesma linha, até a descoberta do pré-sal. Uma imensa riqueza se abriu ao País. Lula, então, substituiu as regras da concessão para as da partilha. Pareceu um avanço. A Petrobrás passava a deter poder operacional. Em vez de leilão por concessão, leilão por partilha. A diferença de menor ou maior controle do Estado e da Petrobrás estabelecida entre os dois critérios tinha e tem em comum a quebra do monopólio nacional do petróleo e a sua entrega às poderosas petroleiras. O Estado coloca à concorrência internacional a prospecção do petróleo. Ganha por um dos consórcios, o petróleo de fato passa a ser sua propriedade. Os proprietários o explorará de acordo com seus interesses e com a política energética das petneias.

Dilma recebeu uma Carta, assinada por 88 entidades, entre elas a CUT, a FUP, sindicatos e MST. Pediam a suspensão do leilão e defendiam que o campo de Libra fosse explorado integralmente pela Petrobrás.

Mas aceitavam o critério de partilha para reservas em fase de confirmação. A justificativa particular ao campo de Libra era a de que se tratava de uma reserva descoberta e comprovada pela Petrobrás. Leiloá-la significava favorecer as petroleiras. O nacionalismo dessa ala de petistas, sindicalistas e populistas não chegou a questionar a quebra do monopólio estatal do petróleo. Estão de acordo com o critério de partilha.

O que se pode falar, hoje, do nacionalismo, se encontra na Carta endereçada a Dilma. Os signatários são responsáveis pelo controle da maior parte dos sindicatos e movimentos do País. Seu nacionalismo se assenta na tese da parceria das forças econômicas nacionais com as forças econômicas internacionais (imperialistas).

Em parte, isso explica a tremenda passividade da população diante de um acontecimento tão grave. O governo e oposição burguesa (defensora da concessão) impuseram aos brasileiros um leilão, sem que a população tivesse a mínima ideia sobre a importância estratégica dessa fonte de energia para o Brasil e para o imperialismo.

Dilma Rousseff imediatamente fez um pronunciamento em cadeia nacional afirmando que o leilão foi um ato de soberania. A Shell, a Total, a CNOOC e a CNPC somadas detêm 60%, a Petrobrás, 40%. Bastam esses números para se ter aos olhos o que o governo petista entende por soberania. Não é preciso insistir em comprovar a hipocrisia de que as multinacionais do petróleo são parceiras que trazem o desenvolvimento econômico e social do Brasil e dos brasileiros, apesar de buscarem o lucro. O desenvolvimento da educação e da saúde públicas, segundo Dilma Rousseff, de agora em diante contará com uma nova fonte de recursos patrocinados pelos negócios do consórcio. De nossa parte, rechaçamos tamanha inverdade e defendemos a monopólio estatal das riquezas naturais, sem o qual não se pode começar a exercer a soberania do País. Abaixo o entreguismo da burguesia brasileira e de seu governo!

Diretoria da APROPUC

Mais apoios à professora Bia Abramides

Nesta semana publicamos mais apoios e repúdios ao processo político movido contra a diretora da APROPUC, professora Bia Abramides.

Cristina Ramos - UCCB; **Cynthia Franceska Cardoso** - Aluna Pós em Serviço Social da PUC-SP; **Danielle Rodrigues** - Fundação Faculdade de Medicina; **Elaine Fransine Zingari** - CRESS/SP 36687; **Elaine Lopes** - PMSSilvia; **Eugênia Galli** - Univ. Est. Maringá; **Elaine Marlova Venzon Francisco** - Profª Adjunta da FSS/UERJ; **Eliana Assis** - Doutoranda - UFR; **Eutália Barbosa Rodrigues** - Assistente social - Diretora de Trabalho e Renda/ MDS - Palmas; **Fabio de Abreu Ribeiro Machado** - Defensor Público no Estado do Maranhão; **Fábio Gabriel Martins** - CI - 8.204.549-06; **Iracema Aparecida de Oliveira** - Letras - USP; RG 10.849.426; **Izilda Regina Alves do Nascimento** (ex-funcionária); **J.Armando Wiltok H** - UNAM - Universidad Mexico; **Juliana Bueno** - Assistente Social - Ex-aluna da PUCSP; **Juliana Cabral** - Estudante de serviço social - 2 semestre - PUC-SP; **Juliana Marques** - Estudante PUC-SP; **Juliana**

Moitinho - Assistente social pela UFF; **Juliana Nascimento Bueno da Silva** - 4º ano Serviço Social; **Kriton Iliopoulos** - Atenas - Grécia; **Laura Fernandes** - Universidad Nacional Comanhue; **Kriton Iliopoulos** - Atenas - Grécia; **Laura Fernandes** - Universidad Nacional Comanhue; **Laura Silva Santos de Abreu** CRESS: 25.725; **Lais Moreno** - PMSP; **Leandro Nonato Sales** - Assistente de Coordenação em projetos sociais - ex-aluno PUC-SP; **Leandro Salvático** - Engenheiro Bioquímico - Messtrando - Universidade de São Paulo; **Leandro Santana** - Educador; **Leila Baumgratz delgado** - Profª da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; **Leile Silvia Candido Teixeira** - Profª da Escola de Serviço Social da UFRJ; **Leonardo de Abreu Voigt** - Cientista Social - Universidade Federal Fluminense; **Leonardo Felisburgo Nogueira** - Estudante de Serviço Social - UFGJM; **Leonardo Rodrigues da Silva** - EEPSP; **Leonardo Zanelli Pereti** - Psicanalista, Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP; **Letícia Almeida** - Assistente social formada na PUC-SP; **Liebert Abreu** - Assistente Social

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Qual o limite das "demissões pontuais"?

Uma angústia cerca os funcionários todo final de semana, isso porque às sextas-feiras a PUC-SP costuma demitir alguns funcionários, ou promovê-los à condição de "à disposição", o que muitas vezes redonda posteriormente em demissão. Na semana retrasada o setor atingido foi a Divisão de Serviços Administrativos (DSA), na passada o ambulatório. E assim vão se sucedendo demissões ou pedidos de dispensa que, desde outubro de 2012, já somaram cerca de 200 funcionários, segundo avaliação da AFAPUC.

Outro fantasma que assusta os funcionários é a reestruturação dos expedientes das faculdades, que deverá reduzir o número de administrativos em cada unidade, para adequá-los aos parâmetros considerados ideais pelo MEC.

Em reunião com o secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo, a AFAPUC demonstrou a sua apreensão que fica mais evidente ao final do ano letivo com os boatos de demissão em massa. O secretário-executivo garantiu

aos diretores da entidade que não ocorrerão demissões em massa, limitando-se a universidade a atender pedidos de demissão voluntária. Outra preocupação da AFAPUC ficou por conta do novo plano de carreira administrativo. Ficou acertada uma reunião para os próximos dias quando a Divisão de Recursos Humanos irá apresentar uma primeira versão do texto para a AFAPUC.

SEGURANÇA INTERNA

A questão da segurança

foi outra preocupação demonstrada pela Afapuc. Para o secretário executivo, a situação está tomando um rumo perigoso, que faz cogitar em medidas mais eficazes para controlar a presença de visitantes indesejáveis no campus Monte Alegre.

O tema recorrente das catracas voltou a ser mencionado, juntamente com instalação de câmeras em setores mais visados, como a biblioteca. Porém a Fundação só pretende tomar medidas efetivas depois de ouvir a comunidade.

Audiência Pública na Alesp discute problemas do ensino privado

No dia 23/10 a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) sediou a audiência pública que teve por tema a regulação das instituições de ensino superior privado e iniciativas para impedir o desrespeito aos direitos trabalhistas dos professores e ao direito dos alunos à educação de qualidade.

A audiência foi solicitada à Comissão de Educação da Alesp pelo Grupo de Trabalho Docência e Qualidade, formado por professores da educação superior preocupados com os rumos da privatização da escolarização no Brasil, que reivindicam garantias para melhorar suas condições de trabalho.

O Grupo de Trabalho tem se reunido na Assembleia desde o início do ano e vem buscando apoio parlamentar para a criação de um marco regulatório que estabeleça

limite para a degradação do trabalho dos professores. A degradação é resultado da lógica mercantil que, para baixar os custos das mensalidades e promover a competição entre as instituições privadas de ensino superior, reduz salários e intensifica a produtividade e o controle da ação pedagógica.

Além de comprometer seriamente o salário dos professores, reduzido drasticamente nos últimos anos, as condições de trabalho docente vêm piorando proporcionalmente à redução e cerceamento da liberdade interna dos professores. Isso, porque a rotatividade nos postos de trabalho gera insegurança e medo entre os profissionais que sentem-se cada vez mais acuados, sendo levados a uma conduta pasteurizada, inclusive do ponto de vista pedagógico.

A audiência pública representou um marco importante

para avançar a discussão sobre o tema e deu visibilidade aos problemas gerados pela privatização do ensino e para o que vem ocorrendo com a categoria docente no setor privado. As dificuldades e impasses dos professores destas instituições muitas vezes são ignoradas, pois geralmente há uma visão glamourizada acerca da atividade acadêmica no âmbito privado.

Contudo, a lógica mercantil não prejudica apenas ao professorado. Os programas governamentais para apoiar o ingresso das classes populares à Educação Superior, como o FIES e o ProUni, fazem repassar recursos à iniciativa privada pela cessão de bolsas de estudos pelas quais os alunos ficam vinculados por toda a graduação às instituições nas quais ingressam. Nelas, não há livre associação dos alunos e não há possibilidade

de transferência de instituição, no caso de insatisfação do aluno bolsista.

Além de dar visibilidade às graves consequências do ingresso da lógica mercantil à educação e ensino, a audiência possibilitou a indicação das próximas ações a serem realizadas. A mesa parlamentar aprovou a formação de uma comissão que irá se reunir com o MEC, mas que não esteve representada na ocasião, e decidiu que também vai elaborar uma moção para chamar a atenção do Governo Federal quanto à necessidade de intermediação deste na relação de forças tão desiguais às quais os professores estão expostos, sem contar com proteção.

Aos interessados em participar das reuniões, o contato do Grupo de Trabalho da Assembleia Legislativa é do-centesatuantes@gmail.com.

A APROPUC CONVIDA PARA O LANÇAMENTO DA

Revista Cultura Crítica nº 15

29/10/2013 - 19h30 - Sede APROPUC - rua Bartira, 407

Cultura
Crítica
revista cultural da apropuc-sp nº 15 - 2013

DO REGIONAL AO UNIVERSAL
LUIZ GONZAGA E JORGE AMADO

LUIZ
GONZAGA

E JORGE
AMADO

DO REGIONAL AO UNIVERSAL

ISSN 1981-0911

DEBATEDORES:

Profª Ms. Celina Leal dos Santos

Prof. Dr. João Hilton Sayeg-Siqueira
Coord. Programa de Estudos Pós-grad. em L. Portuguesa - PUC-SP

Prof. Drª. Maria Heloisa Martins Dias
UNESP - S. J. Rio Preto

Prof. Dr. Rafael Lopes de Sousa
PUC-SP - Unisa

COORDENAÇÃO:

Prof. Ms. João B. Teixeira da Silva
PUC-SP

FALA COMUNIDADE

Finalmente reconheceu-se uma de nossas virtudes, a música

Cauê Seignemartin Ameni

Em uma de suas cartas enviadas a Peter Gast, Friedrich Nietzsche disse "a vida sem a música é simplesmente um erro, uma tarefa cansativa, um exílio". As palavras do filósofo não seriam diferentes para a PUC-SP.

Entre outras qualidades, nossa universidade é muito reconhecida entre os jovens por sua cultura de liberdade, resistência à ditadura e engajamento político-social - de professores e estudantes. Combater ou eliminar esses traços, seria extinguir as características que a tornam única.

Se o caráter político vem sendo lentamente estrangulado, as recentes apresentações musicais realizadas entre os intervalos, re-oxigenam o ânimo. A pró-reitoria comunitária dá um grande passo, digno de ser reconhecido e aplaudido, em reconhecer com coragem uma de suas diferenças ao invés de confrontá-las. Parabéns especial ao Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, assistente da Procr, que tornou a ideia viável após o sucesso do evento feito na comemoração dos 67 anos da PUC-SP.

É por meio de eventos culturais como estes, que a PUC-SP recebe numerosos alunos de outras universida-

des e diferentes regiões de São Paulo. Aqui no "front", interage-se com estudantes de cursinhos, Mackenzie, ESPM, FGV, Metodista, USP etc. A ideia não só alivia o cérebro e anima o ambiente acadêmico, como também mantém vivo o espírito livre que tantos jovens procuram. Obviamente, que o cálculo para não prejudicar outras atividades no campus requer um certo grau de responsabilidade. Mas, como bem disse Vitor Hugo, "tudo o que aumenta a liberdade, aumenta a responsabilidade". Não seria assim, a liberdade conquistada - ou perdida - na juventude, o elemento explosivo responsável

pelas aspirações políticas, que têm se alastrado em diversas manifestações por todo o país?

A próxima pró-reitora de cultura e relações comunitárias, tendo em vista que Rosana Nunes dos Santos pediu as contas, terá uma relevante tarefa em não deixar morrer esta peculiaridade. E, conforme for, consolidar esta e outras práticas das quais os jovens universitários procuram cada vez mais, e encontram cada vez menos.

Cauê Seignemartin Ameni
estudante de Ciências Sociais, representante discente no Ceccom e vendedor de livros no CACS.

Reflexões sobre a avaliação docente

Franklin Goldgrub

A planilha enviada recentemente às faculdades, contendo os itens estimados necessários para a avaliação docente, suscita inevitavelmente uma série de comentários e questionamentos. Porém, antes de analisar alguns aspectos dos respectivos itens, será útil mencionar duas questões de extrema importância.

I. Não há qualquer esclarecimento referente ao critério que será utilizado para proceder à referida avaliação. Deverão os professores cumprir obrigatoriamente todos os itens previstos para a sua categoria funcional? Se esse for o caso, é fácil demonstrar que será exigido um montante de trabalho consideravelmente maior do que o previsto pelo contrato. Isso, além de impossível, fere a legislação trabalhista.

A alternativa, muito mais lógica, é avaliar se a carga horária prevista no contrato está sendo efetivamente cumprida, quaisquer sejam os itens preenchidos ou não preenchidos. Trata-se de algo a ser esclarecido.

II. Surpreendentemente, o trabalho realizado na área profissional do docente, quesito absolutamente imprescindível para a transmissão do conhecimento em várias disciplinas (provavelmente a maioria das disciplinas do currículo da maioria das faculdades) continua sendo ignorada como critério de avaliação, apesar de que a experiência profissional consta como exigência nos concursos para as referidas disciplinas.

A justificativa tem sido 1) a dificuldade de estimar a inserção do tempo dedicado a essas atividades no regime

contratual e 2) não remunerar o professor duplamente, já que ele recebe pelo seu trabalho fora da PUC-SP e não caberia outorgar-lhe horas no seu regime contratual.

Em relação a isso, o que se pretende não é diminuir suas horas de trabalho na PUC-SP (na grande maioria dos casos, o professor não precisa das horas extra PUC para compor seu contrato), mas o reconhecimento de que a experiência profissional equivale a um campo de pesquisa, geralmente individual, tão importante como o das pesquisas oficialmente aprovadas por agências de financiamento ou pela universidade.

Em relação ao primeiro ponto (1), não se pretende que todas as horas relacionadas à atividade profissional extra PUC constem do contrato, mas pode-se partir de um cálculo que compute essas horas em torno de 15% a 20% (por exemplo, 6 a 8 horas para um contrato de tempo integral). Isso, independentemente dessa atividade ser registrada em relatórios, artigos ou livros o que, aliás, acontece com bastante frequência. A experiência profissional é uma área rica em produção de conhecimento, que serve de matéria prima tanto para a teorização como para o ensino.

A separação entre pesquisa acadêmica pura e pesquisa associada a atividades profissionais é tão contraproducente como ilógica.

Com referência aos itens da planilha, cabe observar que:

a) A planilha não contempla o trabalho realizado na Clínica Psicológica Ana Maria Popovic, do curso de Psicologia. Por exemplo: onde colocar os grupos de pacientes atendidos? Onde colocar

o atendimento a pessoas da comunidade puquiãna, recebidas semanalmente, além de pacientes externos, entrevistados para encaminhamento aos diversos tipos de tratamento? Onde colocar a supervisão no serviço de triagem para os aprimorandos que escolheram esse serviço para complementar o seu Aprimoramento Clínico Institucional?

b) No item "Pesquisa", não é mencionada a pesquisa individual. Entretanto, a aprovação por órgãos financiadores ou pela universidade não somente não constitui a única forma de estudo e produção de conhecimento como tampouco garante resultados. A pesquisa individual é tão importante quanto. Aliás, seria desejável ter uma estatística confiável a respeito dos resultados alcançados por esses diferentes tipos de pesquisas.

c) Em relação às publicações, qual será o critério utilizado? A julgar pela planilha, aparentemente a autoria de um livro é equiparada à sua organização (em que são convidados outros autores e o organizador geralmente é responsável por apenas um capítulo).

Além disso, artigos, capítulos de livros, registros de exposições em anais de congresso e produções similares, serão equiparados à redação de livros? Se for o caso, trata-se de um critério questionável. O ideal, claro, é a avaliação qualitativa. Se a operacionalização da análise qualitativa é difícil, em compensação é fácil constatar que os estudos e pesquisas necessários à redação de um livro costumam ser muito mais significativos (abrangência e profundidade) do que os relacionados meramente à sua organização. O mesmo processo pode ser observado em

relação à diferença entre livros, de um lado, artigos, capítulos e relatórios de exposições registradas em anais de congressos, de outro. Equiparar produções tão diferentes é o mesmo que adotar o critério do mínimo denominador comum.

d) Se a avaliação docente for feita de dois em dois anos, provavelmente não poderão ser registrados resultados de estudos e pesquisas cuja conclusão requer um tempo maior. A redação de livros costuma estender-se por um prazo maior do que esse intervalo.

e) E o que dizer de toda a história de produção de um professor, que frequentemente ocupa décadas de estudos, pesquisas e publicações? Desconsiderar o histórico equivale a esquecer que esse conhecimento é utilizado e faz parte de cada aula, orientação de pesquisa, triagem, terapia, supervisão, bem como novos estudos e pesquisas. Não se trata de algo que pertence ao passado, mas ao presente da atividade docente.

O que se espera de uma avaliação é que ela se oriente por critérios justos.

Tomar como parâmetro de uma universidade inserida no mercado o modelo das universidades públicas, sustentadas pelo dinheiro do contribuinte, cujo regime de trabalho é caracterizado por uma carga muito menor em atividades docentes, oferecendo em contrapartida condições de pesquisa, organização de eventos e participação em congressos correspondentemente mais favoráveis, é o mesmo que adotar a regra "dois pesos, duas medidas".

Franklin Goldgrub é professor da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

GAUCHE NA VIDA

Por uma nova política em relação às drogas ilícitas

Francisco Fernandes Ladeira

A discussão sobre a necessidade de se fomentar uma nova política em relação às drogas ilícitas tem ganhado cada vez mais destaque na imprensa brasileira. Nos últimos meses, publicações de circulação nacional, como a revista CartaCapital, e programas de grande audiência, como o Fantástico, produziram extensas matérias sobre esse polêmico e complexo tema. Seguindo essa linha jornalística, a revista Fórum apresentou recentemente um oportuno dossiê, intitulado "Política de drogas: é hora de debater", que demonstra, a partir da análise de especialistas no assunto, como a política proibicionista, baseada na repressão dos usuários, tem sido um grande fracasso. Não conseguiu diminuir o número de consumidores de drogas e, em contrapartida, contribuiu peremptoriamente para o crescimento da violência.

Para Cristiano Avila Maronna, diretor executivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, "a ideia de um mundo livre de drogas é equivocada. O ser humano sempre teve contato com substâncias psicoativas, seja por finalidades religiosas, medicinais ou recreativas, e chegamos até aqui também por isso. Achar que vamos viver em um mundo sem drogas é uma ideia irrealizável e de um puritanismo absurdo".

Segundo a juíza aposentada Maria Lúcia Karam, "o debate sobre proibicionismo e

guerra às drogas traz consigo uma série de reflexões importantes, sobretudo em relação às garantias das liberdades individuais e à violência do Estado". Sendo assim, impedir alguém de escolher entre utilizar ou não determinadas substâncias psicoativas (algumas consumidas livremente pela humanidade há milênios, como é o caso da maconha) é um grave ataque à soberania do cidadão frente à sociedade.

DESCRIMINALIZAÇÃO FACILITA ACESSO AOS SERVIÇOS

Não obstante, a ambiguidade da Lei 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, tem um papel crucial no processo de encarceramento em massa da juventude pobre e negra no Brasil. "A Lei de Drogas tem duas figuras típicas, o usuário e o traficante, só que ela não tem critério para fazer a distinção entre quem é usuário e quem é traficante. Com qualquer quantidade você pode ser considerado traficante, também não se exige provas de que a pessoa de fato vende drogas e isso faz com que muitos usuários sejam condenados como traficantes, com base em presunção, e isso acaba tendo um recorte socioeconômico. Ser pobre e morar na favela será utilizado no destino do flagrante", conclui Cristiano Avila Maronna.

Seguindo essa linha de raciocínio, Ilona Szabó de Carvalho, cofundadora da Rede Pense Livre, frisou que "a política de guerra e enfrentamento também é responsável

por boa parte das mortes por homicídios de jovens negros entre 15 e 19 anos, geralmente intitulados traficantes, como se isso justificasse execuções e outros abusos".

Por sua vez, o psicólogo Luiz Paulo Guanabara destacou que a descriminalização das drogas seria importante para facilitar o acesso do dependente químico às políticas de redução de danos e aos serviços de saúde. "Sem dúvida, a descriminalização facilita o acesso aos serviços. Até porque se hoje um usuário entra em um hospital e diz que está lá porque passou a noite cheirando cocaína e está com o coração acelerado, sentindo que vai ter um infarto, com certeza a maioria da equipe do hospital vai olhá-lo como um criminoso, como uma pessoa perdida na vida."

CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE

De acordo com dados apresentados pelo dossiê da revista Fórum, ao contrário do que muitos temiam, em países como Portugal e Espanha, que descriminalizaram o uso de drogas para o uso pessoal, não foi constatado o aumento geral no número de usuários e tampouco essas nações se transformaram em centros turísticos para o consumo de drogas, atraindo o chamado narcoturismo.

Por outro lado, importantes setores industriais são veementes contrários a liberação das drogas ilícitas, não por questões humanitárias, mas por razões mercadológicas. Conforme o demonstrado por

pesquisas em laboratório, os efeitos de algumas substâncias ilegais no organismo humano são semelhantes aos efeitos produzidos por remédios vendidos indiscriminadamente em qualquer drogaria. Desse modo, a indústria farmacêutica global não admite, em hipótese alguma, perder seu monopólio de "entorpecer" a população.

Em suma, a maioria dos argumentos contra a descriminalização dos usuários de drogas não é baseada em premissas sólidas e consistentes, mas apoiada em ideologias extremamente conservadoras, em falsos-moralismos e em poderosos interesses econômicos. Nesse sentido, a revista Fórum, ao dedicar uma edição para discutir a política sobre drogas, presta uma grande contribuição à sociedade brasileira.

Francisco Fernandes Ladeira é especialista em Ciências Humanas: Brasil, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professor de Geografia em Barbacena (MG)

O texto acima foi extraído do Observatório da Imprensa (<http://www.observatorio-daimprensa.com.br>).

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Quem matou Paulo Roberto?

"Tudo indica que estamos diante de um segundo caso Amarildo. Na madrugada do dia 17/10, um jovem de 18 anos chamado Paulo Roberto morreu na favela de Manquinhos, no Rio de Janeiro. A mãe e outros jovens que testemunharam o ocorrido acusam os policiais da UPP de tê-lo espancado até a morte. Avisada, a mãe correu para o local e conseguiu ver os dois últimos suspiros do filho, que já chegou morto à Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Exatamente como no caso Amarildo, não só os policiais acusados, mas o comando da UPP e a Polícia Militar, institucionalmente, negam". É assim que Cátia Guimaraes, doutoranda em Serviço Social da PUC-SP, começa seu texto intitulado "A imprensa que ajuda a matar", no portal Observatório da Imprensa.

Diante de mais essa denúncia de violação aos direitos humanos, os movimentos sociais querem saber: quem matou Paulo Roberto?

No texto, que pode ser lido no link www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_a_imprensa_que_ajuda_a_matar, Guimaraes questiona o laudo do IML, que sustenta que a morte de Paulo Roberto não foi em decorrência das lesões encontradas no corpo do jovem. Além disso, Cátia expõe a extrema parcialidade de quase toda a mídia hegemônica, que praticamente legitima a ação criminosa pelo fato do jovem ter tido passagem policial.

Estudante carioca denuncia práticas autoritárias da PM do RJ

A estudante carioca Gabriela Leone denunciou, em um vídeo no canal do YouTube, do jornal A Nova Democracia, práticas autoritárias da PM do Rio de Janeiro durante o acampamento de movimentos sociais e da juventude em frente à Câmara do Rio de Janeiro.

No vídeo, a estudante relata que os policiais separaram homens e mulheres e começaram a intimidar e agredir os manifestantes. Depois disso, eles foram detidos e levados para diversas DPs, entre eles um carteiro uniformizado que voltava do trabalho e vários transeuntes que não estavam na manifestação.

Os presos políticos foram enquadrados por corrupção de menores, pois havia até crianças entre os presos, e formação de quadrilha. Para assistir o vídeo, acesse: https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=8jlnMm4j8o

Comitê contra o genocídio convoca audiência pública pela desmilitarização

Na terça-feira, 29/10, às 19h, os movimentos sociais que integram o Comitê Contra o Genocídio da Juventude Preta, Pobre e Periférica e Fórum de Hip Hop de São Paulo farão uma audiência na Câmara de Vereadores para discutir a desmilitarização da polícia e da política da cidade.

Em nota, os movimentos convocaram para compor a

atividade o prefeito da capital, Fernando Haddad, seu secretário de direitos humanos, Fernando Sotille, a secretária da juventude federal, Severine Carmen Macedo, e a Comissão de Direitos Humanos de São Paulo.

Além da desmilitarização da polícia e da política municipal, eles pedem a efetivação das leis de juventude, o fim da

bancada da bala, da criminalização das culturas e das ações dos movimentos das periferias, dos assassinatos de jovens na periferia da cidade e das remoções e efetivação das áreas de interesse social para moradia.

A audiência será realizada no espaço conhecido como "Plenarinho" da Câmara Municipal, no Viaduto do Jacareí, 100, centro de São Paulo.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos critica enquadramento criminal de manifestantes

O presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Wadhi Damous, afirmou na quinta-feira, 24/10, que o enquadramento de manifestantes na Lei de Organizações Criminosas é inconstitucional e não deveria ser usado para casos em manifestações públicas.

Damous criticou o indiciamento de participantes das passeatas por crimes de formação de quadrilha e

corrupção de menores, o que ele considera uma aberração jurídica. Segundo ele, "o indiciamento [dos manifestantes] é feito sem critério, a partir do livre arbítrio dos delegados. Numa democracia, mesmo os envolvidos em atos de depredação devem ser tratados na forma da lei. Não se pode combater ilegalidade com outra ilegalidade". Já o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo,

defendeu o enquadramento de manifestantes no crime de organização criminosa. "Há uma lei e cabe à autoridade policial fazer a tipificação que acha correta. Se a autoridade policial, ao investigar, entendeu, pelos elementos existentes, que há uma organização criminosa, isso me parece que se coloca no âmbito da decisão da autoridade policial e como tal deve ser respeitada", afirmou.

Livro discute Jornadas de Junho

No dia 2/11, a partir das 15h, na Casa de Portugal, Av. Liberdade 602, acontece o lançamento do livro Jornadas de Junho, que discute as manifestações e paralisações ocorridas em todo o país naquele mês e suas implicações para os movimentos sociais brasileiros. A iniciativa é da Liga Estratégia Revolucionária (LER-QI), após o lançamento acontece uma festa com música.

ROLA NA RAMPA



ANNA COELHO

Chapas para o CA 22 de Agosto em debate no dia 23/10

CAs elegem suas novas gestões para 2014

Durante as últimas semanas, diversos centros acadêmicos entraram em processo de eleição para seus gestores em 2014. O curso de Psicologia, que antes tinha seu espaço auto-gestionado, elegeu sua nova diretoria na sexta-feira, 18/10, que já assumiu o espaço. O CA Leão XIII, responsável pelos cursos da FEA, elegeu na quinta-fei-

ra, 24/10, a chapa "Nada será como antes", que receberá o espaço no final do ano. No Direito, as chapas Construção Coletiva, Uma Nova Atitude e Disparada entraram na disputa pelo CA 22 de Agosto, mas até o fechamento desta edição o resultado da eleição não havia sido divulgado, uma vez que a apuração das urnas aconteceu na sexta-feira, 25/10, à noite.

Projetos culturais em questão

Alunos do oitavo semestre do Curso de Multimeios, na disciplina de Legislação de Projetos Culturais, realizarão um debate dia 29/10, das 14h às 16h, no auditório 100-A. O evento contará com a presença de profissionais do mercado e artistas que viabilizaram suas obras através destes incentivos.

Ratos no Prédio Novo

O fato não é novo e já vem sendo notado há algum tempo por funcionários e seguranças que transitam nos corredores externos do Prédio Novo, próximos às lixeiras do campus. Ratazanas de tamanho con-

siderável circulam livremente pelos canteiros. A presença de lixo no local facilita a proliferação dos roedores, que também podem ser vistos em grande número nas calçadas da rua Bartira.

Concurso de fotografia premia paisagens de Barueri

A prefeitura de Barueri, onde a PUC-SP tem um campus, está promovendo o 6º Concurso de Fotografia Ambiental - Paisagens em Barueri. Este ano o tema está mais

amplo e os premiações serão em dinheiro. Para maiores informações sobre como participar acesse www.barueri.sp.gov.br ou www.facebook.com/semabarueri.

PAC promove campeonato de futsal na PUC-SP

A Copa Paulo Freire de Futsal 2013, campeonato interno da PUC-SP que busca estimular a prática esportiva e a integração entre os membros da comunidade puquiana, teve suas inscrições prorrogadas até o dia 29 de outubro, ou até o término das vagas, com equipes montadas entre alunos da graduação e pós-graduação, ex-alunos, professores, funcionários, prestadores de serviços, conveniados e terceirizados. São 12 vagas para equipes masculinas e 6 vagas para equipes femininas, podendo haver até 3 equipes

femininas convidadas. As inscrições podem ser feitas no PAC - Setor de Atendimento Comunitário, Campus Monte Alegre, Prédio ERBM (andar Térreo, Sala 63-G), através do telefone (11) 3670-8544, das 10h às 20h30, com taxa de inscrição de R\$ 120 para equipes masculinas, R\$ 80 para equipes femininas e R\$ 100 para equipes femininas convidadas. Os jogos serão realizados entre os dias 2/11 a 7/12, nas seguintes datas: 2, 9, 23 e 30/11 e 7/12, aos sábados, das 12h às 19h, na quadra do campus Monte Alegre.

Jornalista discute assédio sofrido pelas mulheres



ANNA COELHO

A jornalista Juliana de Faria, formada pela PUC-SP, é dona do blog Olga e idealizadora da campanha "Chega de Fiu Fiu", pesquisa que trouxe o debate sobre o assédio que as brasileiras sofrem em lugares públicos, não só físico. Na quarta-feira, 23/10, Juliana debateu com estudantes de diversos cursos, em atividade do curso de Jornalismo organizada pelo professor

Leonardo Sakamoto, os resultados desta pesquisa e também o papel da mídia na auto-estima de uma mulher, além da naturalização das chamadas "cantadas". A blogueira contou experiências pessoais e também respondeu a diversas perguntas dos presentes. O resultado da pesquisa pode ser conferido no site <http://thinkolga.com/cheega-de-fiu-fiu/>.

Livro analisa a crise do capital e paradigmas da educação

Na terça-feira, 5/11, às 19h, acontece, na sede da APROPUC, o lançamento do livro A Crise do Capital em Marx e Suas Implicações nos Para-

digmas da Educação. O autor do livro, Aluísio Pamplona Bevilacqua pretende estabelecer uma contribuição ao repensar pedagógico do século XXI.